



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: Audiência Pública com a presença de representantes do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo referente ao 3º quadrimestre de 2022.

Audiência Pública realizada no formato híbrido, utilizando a plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus/AM, no dia 13 de fevereiro de 2023, às 11h, presidida pelo Deputado Adjuto Rodrigues Afonso, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. PRESENTES presencialmente no Miniplenário Cônego Azevedo os Deputados (as): Dra Mayara Pinheiro (Vice-presidente); Deputada Alessandra Campêlo; Deputado Dr. George Lins; Deputado Wilker Barreto; Deputado João Luiz; e Deputado Rozenha, ambos membros efetivos, presentes, ainda, por meio de vídeo conferência o corpo técnico da SEFAZ/AM.

O Presidente da comissão declarou aberta a audiência pública em exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e mencionou a composição da CAE para o biênio 2023/2024, mencionou que o assunto que seria tratado era sobre a apresentação e avaliação das Metas Fiscais do Governo do Estado do Amazonas referente o 3º quadrimestre de 2022. Em seguida, repassou a palavra ao corpo técnico da SEFAZ para prosseguimento da apresentação do relatório.

O Dep. Rozenha solicitou uma questão de ordem, pediu que as próximas reuniões fossem realizadas de maneira presencial, com a presença do corpo técnico da SEFAZ na Assembleia Legislativa do Amazonas, uma vez que tratava-se de uma reunião importante.

Em resposta a questão de ordem o Presidente mencionou que o relatório fora enviado à ALEAM em 31 de janeiro e que não houve como realizar a reunião presencialmente em virtude de não ter tido tempo hábil para organizar uma reunião presencial e que em virtude de alguns servidores da SEFAZ terem sido acometidos de COVID-19 a reunião fora programada para acontecer de maneira híbrida e que na próxima oportunidade seria dada preferência para que ocorresse presencialmente.

O presidente da comissão mencionou que fora informado que o Senhor Alex Del Giglio – Secretário do Estado da Fazenda – SEFAZ não estava presente em virtude de outra reunião. Mas estendeu cumprimentos ao Sr. Dário José Braga Paim – Secretário Executivo da Receita; Sr Luiz Otávio da Silva – Secretário Executivo do Tesouro; Sr. Christiane Travassos dos Santos – Secretária Executiva de Orçamento; Sr.





COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Denis Moura de Oliveira Rocha – Chefe de Departamento de Planejamento de Política Fiscal; Sra. Maria da Conceição Guerreiro – Diretora do Departamento de Contabilidade Pública; Sra. Anny Caroline Silveira Saraiva – Chefe do Departamento de Arrecadação; Marcos André Pontes Cavalcante – Diretor do Departamento de Finanças; e Sr. Leonardo dos Santos Rego Barros – Diretor do Departamento de Dívida Pública. Todos presentes virtualmente.

Com a palavra o Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Octávio da Silva disse que audiência pública objetivava a apresentação do relatório das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2022, na oportunidade cumprimentou todos os parlamentares presentes e colocou-se a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Iniciou apresentando resultados fiscais constantes no relatório fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2022. Em primeiro plano, apresentou o total de despesa liquidada até o 3º quadrimestre, somando-se em 26,77 Bi, os quais foram divididos em quatro grandes grupos de despesas, tomando referência despesa liquidada em relação ao total liquidado do Poder Executivo. No primeiro plano, em relação aos Encargos Especiais (21%); seguiu destacando o segundo grande grupo que foi a Educação (19%) e em seguida Saúde (17%), logo após, quarto grupo destacou Previdência (11%). Fez um comparativo do 3º Quadrimestre de 2022 com 3º Quadrimestre de 2021, especificamente na área da saúde, em 2021 até o mês de dezembro foi gasto o total de 4,28 Bi e em 2022 foi gasto o total de 4,43 Bi.

Apresentou ainda um quadro que demonstra a evolução das receitas realizadas e despesas empenhadas, demonstrou que em 2021 houve uma receita total relacionado de 25,52 Bi e em 2022 houve uma receita de 29,12Bi, tendo uma variação de 3,60 Bi. Com relação às despesas, em 2021 houve uma despesa total de 22,67 Bi e em 2022 houve uma despesa de 26,77 Bi, representando uma variação de 4,10 Bi. Em relação aos investimentos informou que a capacidade de investimentos com recursos próprios é baixa, sendo necessário contratar operações de créditos para que possa ter recursos suficientes para o Estado, em seguida mencionou que em comparação aos anos de 2021 e 2022 houve uma variação de 622 Bi, sendo que em 2021 houve 1.420 Bi e em 2022 2,042 Bi.

Logo após, apresentou os Indicadores Fiscais importantes presentes no 3º Quadrimestre de 2022: Índice de Pessoal na ordem de 41,10%, Educação 25,67%, Saúde 20,31% e Dívida Consolidada/RCL 24,39%. Ressaltou que a despesa total com pessoal do Poder Executivo ficou abaixo do limite prudencial que era de até 49%, realizando uma gestão responsável com a despesa do pessoal.

Deputado Wilker Barreto questionou se o percentual gasto com despesas de pessoal estava incluindo as agências. Em resposta o Secretário informou que não, pois esses gastos com as agências não entram no cálculo das despesas com o pessoal, houve





COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

um entendimento diferente de acordo em relação a Resolução Federal. Comprometeu-se ainda a encaminhar a esta comissão a resolução federal mencionada.

Informou que em relação à gestão fiscal que o estado é signatário do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF do Governo Federal. Dessa maneira apresentou que o Amazonas cumpriu todas as metas fiscais. Está atualmente, de acordo com a transparência do Tesouro Nacional com “Conceito A” no Ranking da qualidade de informação contábil fiscal no SICONFI, com percentual de 96,20%.

Logo depois, o Secretário, em suas considerações finais agradeceu a presença de todos e colocou-se mais uma vez a disposição e repassou ao Presidente da CAE.

O presidente da CAE abriu a palavra aos deputados presentes para realizarem questionamentos.

Em seguida o Deputado Wilker perguntou o que estava faltando para SEFAZ prestar contas do quanto foi gasto com as agências no exercício de 2022 ou no último quadrimestre de 2022. E encerrou seu questionamento, perguntando o motivo dos atrasos de salários e quanto custa as cofres públicos as despesas relativas às agências.

O servidor da SEFAZ, Erick, informou que será necessário realizar um levantamento para responder precisamente o questionamento do Deputado Wilker. Pois existem muitos processos indenizatórios e o fluxo dos processos indenizatórios demoram em torno de 60 dias para serem analisados dentro da secretaria, sendo necessário levantar quais são as empresas. O Deputado Wilker solicitou que a SEFAZ encaminha-se no prazo de 48h o relatório.

Em relação as despesas de pessoal das agências, o Sr Dario informou que houve de fato uma mudança de entendimento em relação a Resolução Federal, mas que se fosse incluído nos cálculos apresentados, com certeza estaria abaixo do limite prudencial.

Após explicação, o Presidente da CAE perguntou se mais algum deputado gostaria de fazer questionamentos. Solicitou ainda que a SEFAZ encaminhasse a apresentação a CAE.

A Dep. Mayara Pinheiro mencionou que houve um superávit e que isso tudo foi satisfatório e gostaria de contribuir ainda mais, principalmente com a pasta de saúde. Mencionou que na próxima oportunidade gostaria de receber o relatório com mais antecedência com a finalidade de contribuir.





COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Repassada a fala, o Presidente da CAE fez suas alegações finais, agradecendo a todos os presentes, informando que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida, colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM à disposição. Cumprindo, portanto, a exigência legal. O presidente Adjuto Rodrigues Afonso declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 3º Quadrimestre 2022.

ADJUTO RODRIGUES AFONSO
Deputado Estadual – União Brasil
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM

